



POLÍCIA PENAL-RS

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional
- ▶ Direitos Humanos, Sociedade e Grupos Vulnerabilizados

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Noções de Direito Constitucional e de Legislação Estadual e Especial

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 01/2026

BÔNUS

ÁREA DO **CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



POLÍCIA PENAL

POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL - RS

Técnico Administrativo da
Polícia Penal

EDITAL N° 01/2026

CÓD: SL-094MA-26
7908433298090

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.....	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	20
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	25
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	27
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	29
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	31
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	35
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	37
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	41
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	45

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações	59
2. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional.....	62
3. Lógica de argumentação.....	68
4. Diagramas lógicos	72
5. Identificação de padrões. sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras.....	74

Informática

1. Sistemas Operacionais (Microsoft Windows 10 e Windows 11): Área de trabalho, Menu Iniciar, Barra de tarefas e Gerenciador de Tarefas. Operações com arquivos, pastas, bibliotecas, ícones e atalhos (criar, copiar, mover, renomear, excluir, restaurar, propriedades e pesquisa). Painel de Controle, Lixeira e configurações básicas do sistema	81
2. Processadores de Texto (Microsoft Word 2019): Ambiente e componentes do programa. Criação, edição, formatação, salvamento e impressão de documentos. Utilização da Faixa de Opções, guias e grupos principais (Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Revisão e Exibição). Recursos de revisão, verificação ortográfica e ajuda	109

ÍNDICE

1. Planilhas Eletrônicas (Microsoft Excel 2019): Ambiente e componentes do programa. Células, linhas, colunas, planilhas e pastas de trabalho. Criação, edição, formatação e impressão de planilhas. Fórmulas e funções básicas. Utilização da Faixa de Opções e guias principais (Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados e Exibição)	122
2. Navegadores de Internet: Utilização, ambiente e funcionalidades principais do Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge (menus, barra de endereços, favoritos, histórico, guias, downloads, configurações e teclas de atalho) ...	138
3. Correio Eletrônico: Conceitos e funcionalidades básicas de e-mails	145
4. Uso dos programas Microsoft Outlook 2016 e Gmail: contas, envio, resposta, encaminhamento, anexos, cópia oculta, organização de mensagens, importação e exportação	148
5. Segurança e Internet: Noções de segurança digital, privacidade, senhas, links suspeitos, vírus, malwares, phishing e cuidados com redes sociais.....	153
6. Inteligência Artificial: Conceitos fundamentais de IA. Aplicações práticas do uso de IA no cotidiano. Modelos de IA generativa e assistentes digitais. Utilização básica de ferramentas de IA para apoio à escrita, organização, pesquisa e produtividade. Funcionamento geral de algoritmos de recomendação e busca. Cuidados com o uso de IA, privacidade e limites éticos. Reconhecimento de deepfakes e conteúdos manipulados. Noções de segurança e verificação de informações geradas por IA	158

Conhecimentos Gerais Relativos ao Sistema Prisional

1. Estrutura do Sistema Prisional. Conceito e objetivos do sistema prisional.....	167
2. Tipos de estabelecimentos prisionais: penitenciárias, casas de detenção, centros de recuperação e unidades de internação	171
3. Classificação de detentos por gravidade do crime e regime de cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto.....	178
4. Organização administrativa do sistema prisional e papel da Polícia Penal	185
5. Legislação Aplicável Constituição Federal: direitos fundamentais do detento e princípio da dignidade da pessoa humana.....	189
6. Lei nº 7.210/1984 de Execução Penal: direitos e deveres do detento; classificação e tratamento penitenciário; trabalho e estudo no sistema prisional	194
7. Normas e portarias estaduais do Rio Grande do Sul sobre administração prisional: Lei Complementar nº 16.449/2025 (Estatuto da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul)	214
8. Decreto Estadual nº 57.389/2023 (Regulamenta a remoção dos servidores das carreiras vinculadas ao Instituto-Geral de Perícias, à Polícia Civil e à Polícia Penal)	228
9. Instrução Normativa nº 014/2023 GAB/SUP (Regulamenta o ingresso de visitas e materiais em Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul)	230
10. Instrução Normativa nº 019/2023 GAB/SUP (Estabelece normas gerais para o pagamento de diárias de viagens e os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Penal).....	242
11. Instrução Normativa nº 001/2024 GAB/SUP (Institui o regulamento do material Bélico da Polícia Penal).....	243
12. Instrução Normativa nº 001/2025 GAB/SUP (Institui e orienta a realização de “televisitas” no âmbito da Polícia Penal) .	248
13. Instrução Normativa nº 002/2026 GAB/SUP (Estabelece os procedimentos relativos ao inventário, guarda, movimentações e baixa de bens patrimoniais no âmbito da Polícia Penal).....	248

Direitos Humanos, Sociedade e Grupos Vulnerabilizados

1. Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, classificação e características.....	258
2. O sistema internacional de proteção e promoção dos direitos humanos	258
3. Direitos humanos na Constituição Federal de 1988	260
4. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Decreto n. 7.037/2009).....	263

ÍNDICE

1. Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	304
2. Regras de Mandela (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos).....	308
3. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991).....	321
4. Lei nº 12.847/2013 (Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)	328
5. Lei nº 9.455/1997 (Define os crimes contra a tortura).	331
6. Sistema prisional brasileiro na contemporaneidade.....	331
7. O papel do sistema penitenciário nas políticas de segurança pública e de reintegração social	333
8. Direitos Humanos e grupos vulneráveis: Mulheres: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): Disposições Preliminares. Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.....	336
9. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok)	343
10. População negra: Os racismos individual, institucional e estrutural.....	354
11. Criminalização da população negra, encarceramento, letalidade policial e taxa de homicídios. Ações Afirmativas.....	357
12. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e Lei Estadual nº 13.694/2011 (Institui o Estatuto da Igualdade Racial e dá outras providências).....	359
13. Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de raça ou de cor) e Lei nº 14.532/2023 (Equiparou a injúria racial ao crime de racismo)	368
14. Pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e demais medidas de proteção	370
15. Pessoa com deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e demais medidas de proteção	381
16. População LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans, pessoas intersexo, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero): Violência contra a população LGBTQIAPN+ e responsabilidade penal. Princípios de Yogyakarta	400
17. Resolução Conjunta nº 01/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em Conjunto com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação	402
18. Tratamento nominal e retificação de registro de nascimento quanto ao nome e sexo de transgênero.....	403
19. Pessoa em situação de rua: Decreto Federal nº 7.053/2009 (Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua).....	405
20. Pessoa com transtorno mental: Lei nº 10.216/2001 (Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e dá direcionamentos).....	407
21. A política antimanicomial (Resolução nº 487/2023 - CNJ).....	408
22. Conceitos Fundamentais de Discriminação, Racismo, Sexismo, Aporofobia, Psicofobia e Capacitismo.....	414

Material Digital

Noções de Direito Constitucional e de Legislação Estadual e Especial

1. Constituição Federal: Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º); Direitos sociais (art. 6º a 11ª).....	3
2. Da administração Pública (art. 37 e 38).....	9
3. Defesa do Estado e das instituições democráticas: Da segurança pública (art. 144).....	12
4. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul: Dos Princípios Fundamentais (art. 1º e 2º); Da Organização do Estado: Disposições Preliminares (art 3 a 7); Da Administração Pública (art. 19 a 27); Dos Servidores Públicos Cívicos (art. 29 a 45); Da Ordem Pública: Da Segurança Pública (art. 124 a 128); Da Polícia Penal (art. 136-A); Da Política Penitenciária (art. 137 a 139).....	13

ÍNDICE

1. Legislação Estadual: Lei 10.098/1994 (Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul): Disposições Preliminares (art. 1º a 8º). Do Provimento, Promoção, Vacância, Remoção e Redistribuição (art. 10 a 61); Dos Direitos e Vantagens (art. 62 a 109; 115 a 117; art. 128 a 129); Dos Regime Disciplinar (art. 177 a 197); Do Processo Administrativo Disciplinar (art. 198 a 223)	13
2. Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal e suas atualizações).....	30
3. Lei nº 13.869/2019 (Lei de abuso de autoridade e suas atualizações)	49
4. Lei nº 8.429/1992 (Lei de improbidade administrativa e suas atualizações)	53

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

▪ **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

► Características dos gêneros textuais

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

▪ A função do gênero textual define seu propósito principal.

Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

▪ Refere-se à organização típica do gênero.

Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

▪ Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

▪ Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

▪ Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política releve uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

▪ Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

► Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

▪ **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.

▪ **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.

▪ **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

► A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► O que é um fato?

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

Ex.: "A Terra orbita ao redor do Sol."

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ Marcas linguísticas típicas de um fato:

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

Ex.: "O Brasil é o maior exportador de café do mundo."

▪ Presença de dados e números.

Ex.: "Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%."

► O que é uma opinião?

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

Ex.: "O café brasileiro é o melhor do mundo."

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ Marcas linguísticas típicas de uma opinião:

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

Ex.: "Este filme é incrivelmente emocionante."

Presença de verbos de opinião ou crença, como "achar", "acreditar", "considerar".

Ex.: "Eu acho que essa proposta é injusta."

► A relevância da distinção

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► Exemplos práticos de distinção

Notícia jornalística:

▪ **Fato:** "A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%."

▪ **Opinião:** "Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia."

Discurso publicitário:

▪ **Fato:** "Este carro possui um motor de 200 cavalos."

▪ **Opinião:** "Este é o melhor carro da categoria."

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DE-DUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Aqui veremos questões que envolvem correlação de elementos, pessoas e objetos fictícios, através de dados fornecidos. Vejamos o passo a passo:

01. Três homens, Luís, Carlos e Paulo, são casados com Lúcia, Patrícia e Maria, mas não sabemos quem é casado com quem. Eles trabalham com Engenharia, Advocacia e Medicina, mas também não sabemos quem faz o quê. Com base nas dicas abaixo, tente descobrir o nome de cada marido, a profissão de cada um e o nome de suas esposas.

- a) O médico é casado com Maria.
- b) Paulo é advogado.
- c) Patrícia não é casada com Paulo.
- d) Carlos não é médico.

Vamos montar o passo a passo para que você possa compreender como chegar a conclusão da questão.

▪ **1º passo** – Construir a tabela dos dados. Vamos montar uma tabela para facilitar a visualização da resolução, a mesma deve conter as informações prestadas no enunciado, nas quais podem ser divididas em três grupos: homens, esposas e profissões.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia						
Patrícia						
Maria						

Também criamos abaixo do nome dos homens, o nome das esposas.

▪ **2º passo** – Construir a tabela gabarito. Essa tabela não servirá apenas como gabarito, mas em alguns casos ela é **fundamental** para que você enxergue informações que ficam meio escondidas na tabela principal. Uma tabela complementa a outra, podendo até mesmo que você chegue a conclusões acerca dos grupos e elementos.

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos		
Luís		
Paulo		

▪ **3º passo** preenchimento de nossa tabela, com as informações mais óbvias do problema, aquelas que não deixam margem a nenhuma dúvida. Em nosso exemplo:

AMOSTRA

O médico é casado com Maria: marque um “S” na tabela principal na célula comum a “Médico” e “Maria”, e um “N” nas demais células referentes a esse “S”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos						
Luís						
Paulo						
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

ATENÇÃO: se o médico é casado com Maria, ele NÃO PODE ser casado com Lúcia e Patrícia, então colocamos “N” no cruzamento de Medicina e elas. E se Maria é casada com o médico, logo ela NÃO PODE ser casada com o engenheiro e nem com o advogado (logo colocamos “N” no cruzamento do nome de Maria com essas profissões).

Paulo é advogado: Vamos preencher as duas tabelas (tabela gabarito e tabela principal) agora.

Patrícia não é casada com Paulo: Vamos preencher com “N” na tabela principal

Carlos não é médico: preenchamos com um “N” na tabela principal a célula comum a Carlos e “médico”.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N		N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

Notamos aqui que Luís então é o médico, pois foi a célula que ficou em branco. Podemos também completar a tabela gabarito. Novamente observamos uma célula vazia no cruzamento de Carlos com Engenharia. Marcamos um “S” nesta célula. E preenchemos sua tabela gabarito.

	Medicina	Engenharia	Advocacia	Lúcia	Patrícia	Maria
Carlos	N	S	N			
Luís	S	N	N			
Paulo	N	N	S		N	
Lúcia	N					
Patrícia	N					
Maria	S	N	N			

HOMENS	PROFISSÕES	ESPOSAS
Carlos	Engenheiro	
Luís	Médico	
Paulo	Advogado	

▪ **4º passo** – após as anotações feitas na tabela principal e na tabela gabarito, vamos procurar informações que levem a novas conclusões, que serão marcadas nessas tabelas. Observe que Maria é esposa do médico, que se descobriu ser Luís, fato que poderia ser registrado na tabela-gabarito. Mas não vamos fazer agora, pois essa conclusão só foi facilmente encontrada porque o

INFORMÁTICA

SISTEMAS OPERACIONAIS (MICROSOFT WINDOWS 10 E WINDOWS 11): ÁREA DE TRABALHO, MENU INICIAR, BARRA DE TAREFAS E GERENCIADOR DE TAREFAS. OPERAÇÕES COM ARQUIVOS, PASTAS, BIBLIOTECAS, ÍCONES E ATALHOS (CRIAR, COPIAR, MOVER, RENOMEAR, EXCLUIR, RESTAURAR, PROPRIEDADES E PESQUISA). PAINEL DE CONTROLE, LIXEIRA E CONFIGURAÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA

Windows 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

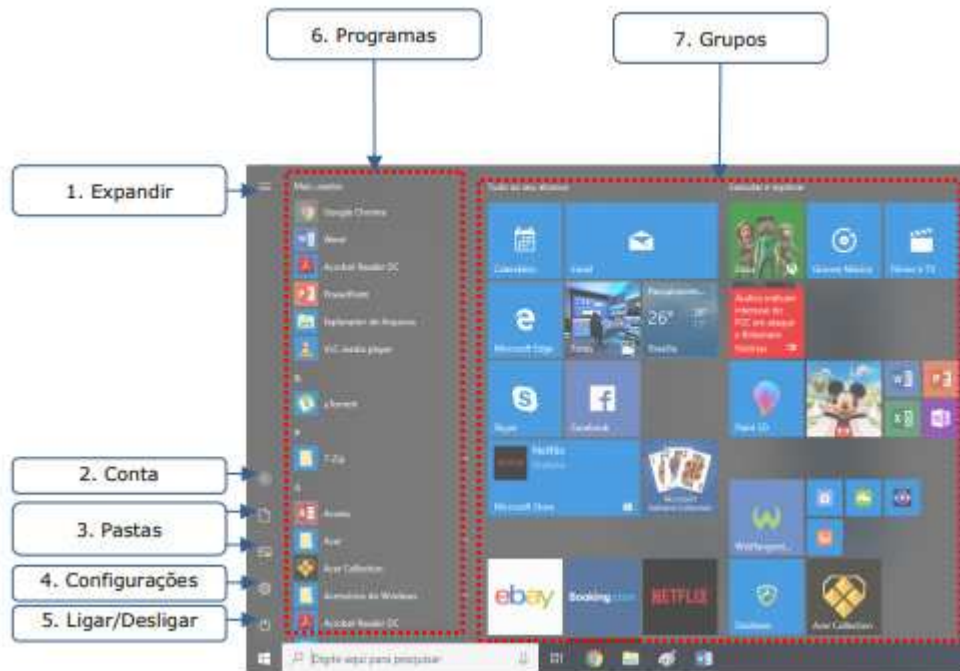
- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

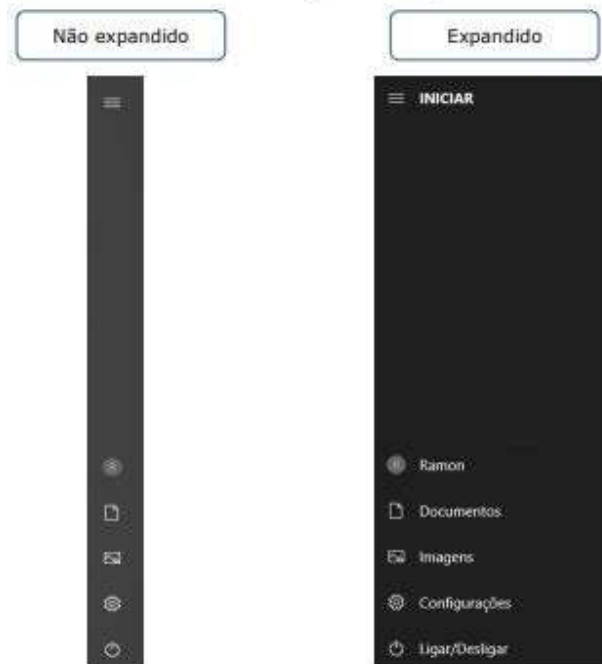
O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.

AMOSTRA



Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.

CONHECIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO

ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL. CONCEITO E OBJETIVOS DO SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional pode ser compreendido como o conjunto organizado de instituições, normas, estabelecimentos, agentes públicos, procedimentos e políticas responsáveis pela custódia, vigilância, assistência, disciplina e acompanhamento das pessoas privadas de liberdade. Ele não se limita ao espaço físico da prisão, pois envolve uma estrutura estatal mais ampla, formada por unidades penais, órgãos administrativos, servidores penitenciários, regras de execução penal, mecanismos de controle e programas voltados à reintegração social.

Em sentido jurídico e institucional, o sistema prisional está diretamente relacionado à execução das penas privativas de liberdade e das medidas de custódia determinadas pelo Poder Judiciário. Quando uma pessoa é presa provisoriamente ou condenada definitivamente a cumprir pena em regime fechado, semiaberto ou, em certas situações, submetida a restrições específicas de liberdade, o Estado assume a responsabilidade de custodiar essa pessoa conforme a lei. Essa custódia, contudo, não autoriza tratamento arbitrário, degradante ou desumano. Pelo contrário, a privação de liberdade deve ocorrer dentro de limites legais, respeitando a dignidade da pessoa humana e os direitos que não foram atingidos pela decisão judicial.

Assim, o sistema prisional possui dupla natureza: é, ao mesmo tempo, instrumento de controle estatal e espaço de execução de direitos e deveres. De um lado, serve para garantir o cumprimento de decisões judiciais, preservar a ordem pública e impedir fugas ou novas práticas criminosas durante o período de custódia. De outro, deve oferecer condições mínimas para que a pena seja cumprida de forma legal, organizada e orientada à reinserção social.

► Relação entre sistema prisional, execução penal e segurança pública

O sistema prisional integra o campo da segurança pública, mas possui características próprias. Enquanto as polícias atuam predominantemente na prevenção imediata, investigação e repressão de infrações penais, o sistema prisional atua em etapa posterior ou paralela à persecução penal, especialmente quando há prisão cautelar ou condenação criminal. Sua função é manter sob custódia pessoas privadas de liberdade por ordem judicial, garantindo segurança, disciplina e observância da legislação penal e processual.

A execução penal é o ramo que organiza juridicamente o cumprimento da pena e das medidas impostas ao condenado ou preso provisório. É por meio dela que se definem direitos, deveres, benefícios, sanções disciplinares, regimes de cumprimento de pena, assistência material, saúde, educação, trabalho

e acompanhamento judicial. Desse modo, o sistema prisional é a estrutura material e administrativa que torna possível a execução penal no cotidiano.

Essa relação pode ser entendida de forma mais clara a partir de três dimensões complementares:

- A dimensão judicial envolve as decisões do Poder Judiciário sobre prisão, condenação, progressão de regime, livramento condicional, remição de pena, sanções e benefícios previstos em lei.
- A dimensão administrativa compreende a gestão das unidades prisionais, a atuação dos servidores penitenciários, a organização das rotinas internas, a segurança, a disciplina e a prestação de assistências.
- A dimensão social refere-se à finalidade de preparar a pessoa privada de liberdade para o retorno ao convívio social, reduzindo a reincidência e favorecendo a reconstrução de vínculos familiares, profissionais e comunitários.

Portanto, o sistema prisional não deve ser visto apenas como local de isolamento. Ele é parte de uma engrenagem institucional maior, que envolve Justiça Criminal, segurança pública, políticas sociais e garantia de direitos fundamentais.

► Finalidade institucional do sistema prisional

A finalidade institucional do sistema prisional consiste em executar, de maneira legal e controlada, a privação de liberdade determinada pelo Estado. Essa finalidade envolve proteger a sociedade, assegurar o cumprimento da pena ou da prisão provisória e criar condições para que a pessoa custodiada possa, gradualmente, retornar ao convívio social.

A prisão, em um Estado Democrático de Direito, não pode ser compreendida como vingança estatal. A pena possui caráter sancionatório, pois representa uma resposta jurídica à prática de uma infração penal, mas também deve possuir finalidade preventiva e ressocializadora. Isso significa que o sistema prisional deve buscar impedir a continuidade da prática criminosa durante a custódia, desestimular novas infrações e oferecer oportunidades de mudança de trajetória.

A finalidade institucional do sistema prisional também exige equilíbrio entre segurança e humanidade. A segurança é indispensável para evitar fugas, rebeliões, violência interna, entrada de objetos ilícitos e atuação de organizações criminosas dentro das unidades. Entretanto, a segurança não elimina a obrigação estatal de garantir alimentação, saúde, higiene, integridade física, assistência jurídica, educação, trabalho e respeito à dignidade da pessoa presa. A pessoa privada de liberdade perde, temporariamente, o direito de ir e vir, mas não perde sua condição de sujeito de direitos.

► **Diferença entre prisão, pena, custódia e estabelecimento penal**

Para compreender corretamente a estrutura do sistema prisional, é importante distinguir alguns conceitos próximos, mas não equivalentes. Essa diferenciação evita confusões comuns e permite entender melhor o funcionamento da execução penal.

- Prisão é a restrição ou privação da liberdade de uma pessoa por ordem legal ou judicial, podendo ocorrer antes da condenação definitiva, como nas prisões provisórias, ou após a condenação.
- Pena é a consequência jurídica imposta ao condenado pela prática de uma infração penal, podendo envolver privação de liberdade, restrição de direitos ou pagamento de multa, conforme o caso.
- Custódia é o dever estatal de guardar, vigiar, proteger e controlar a pessoa privada de liberdade, garantindo que ela permaneça à disposição da Justiça e tenha seus direitos preservados.
- Estabelecimento penal é o local físico destinado ao cumprimento da prisão ou da pena, como penitenciárias, presídios, cadeias públicas, colônias penais, casas de albergado e hospitais de custódia, conforme a finalidade prevista.

Esses conceitos se articulam no funcionamento prático do sistema. Uma pessoa pode estar presa provisoriamente sem ainda cumprir pena definitiva; pode estar condenada e, portanto, submetida à execução penal; pode estar sob custódia estatal em determinado estabelecimento penal; e pode cumprir a pena em regime específico, conforme decisão judicial. A compreensão dessas diferenças é essencial para analisar a estrutura prisional com precisão técnica e visão institucional.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL

► **Órgãos e instituições que compõem o sistema prisional**

A estrutura organizacional do sistema prisional é formada por um conjunto de órgãos, instituições e agentes públicos responsáveis por planejar, administrar, fiscalizar e executar a custódia das pessoas privadas de liberdade. Essa estrutura não funciona de maneira isolada, pois depende da atuação articulada entre Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, conselhos de fiscalização, órgãos de segurança pública e entidades responsáveis por políticas sociais.

No plano administrativo, a gestão cotidiana do sistema prisional costuma ser atribuição do Poder Executivo, especialmente por meio das secretarias estaduais responsáveis pela administração penitenciária, justiça, segurança pública ou áreas equivalentes. Essas secretarias organizam unidades prisionais, definem protocolos de segurança, administram servidores, supervisionam contratos, coordenam escoltas, controlam vagas, promovem políticas de assistência e executam programas de educação, trabalho e saúde no ambiente prisional.

O Poder Judiciário exerce papel essencial na execução penal, pois acompanha a legalidade da prisão, decide sobre benefícios, fiscaliza o cumprimento da pena, analisa pedidos de progressão de regime, livramento condicional, remição e aplicação de sanções disciplinares de maior impacto. O Ministério Público atua na fiscalização da lei e pode requerer providências para correção

de irregularidades. A Defensoria Pública, por sua vez, é indispensável para garantir assistência jurídica às pessoas presas que não possuem advogado constituído.

Além desses órgãos, conselhos penitenciários, conselhos da comunidade, corregedorias, ouvidorias e mecanismos de inspeção contribuem para o controle externo e social do sistema. Essa rede institucional existe porque a prisão concentra grande poder estatal sobre indivíduos em situação de vulnerabilidade, exigindo fiscalização permanente, transparência e respeito aos limites legais.

► **Estabelecimentos penais e suas funções**

Os estabelecimentos penais são os espaços físicos destinados à custódia, ao cumprimento de pena, à internação, ao tratamento ou ao recolhimento de pessoas privadas de liberdade. Cada tipo de estabelecimento deve corresponder à situação jurídica da pessoa presa, ao regime de cumprimento da pena e às necessidades administrativas e legais da execução penal.

A correta organização dos estabelecimentos é fundamental para evitar violações de direitos e problemas de segurança. Quando presos provisórios são mantidos junto de condenados definitivos, quando pessoas de regimes diferentes permanecem no mesmo espaço ou quando presos com perfis incompatíveis são colocados em convivência direta, aumentam os riscos de violência, aliciamento criminal, conflitos internos e agravamento da vulnerabilidade individual.

De modo didático, os principais estabelecimentos penais podem ser compreendidos a partir de suas finalidades específicas:

- A penitenciária destina-se, em regra, ao cumprimento da pena em regime fechado, sendo estruturada para maior controle de circulação, vigilância e segurança interna.
- A colônia agrícola, industrial ou similar relaciona-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto, permitindo maior vinculação com atividades de trabalho, disciplina e preparação gradual para a liberdade.
- A casa do albergado é destinada ao regime aberto e a determinadas penas restritivas, baseada em maior senso de responsabilidade do condenado e menor contenção física.
- A cadeia pública ou estabelecimento equivalente costuma receber presos provisórios, isto é, pessoas ainda não condenadas definitivamente, que permanecem à disposição da Justiça.
- O hospital de custódia e tratamento psiquiátrico atende pessoas submetidas a medida de segurança, especialmente quando há necessidade de tratamento em razão de transtorno mental relacionado à prática do fato penal.

A existência de diferentes tipos de estabelecimentos demonstra que o sistema prisional não deve tratar todas as pessoas presas de forma uniforme. A estrutura deve considerar regime, situação processual, periculosidade, saúde, gênero, idade, vulnerabilidade e demais critérios relevantes para a segurança e para a legalidade da custódia.

► **Classificação das unidades prisionais e separação dos presos**

A classificação das unidades prisionais e a separação adequada das pessoas custodiadas são instrumentos centrais para a organização do sistema. Essa separação não é apenas uma medida administrativa; ela possui fundamento jurídico, humanitário e de segurança. Sua finalidade é impedir que pessoas em situações

DIREITOS HUMANOS, SOCIEDADE E GRUPOS

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Estes direitos são interdependentes, inter-relacionados e indivisíveis, abrangendo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. A ideia central é que todas as pessoas têm direitos simplesmente por serem humanas, e esses direitos são protegidos como uma expressão legal e ética de respeito pela dignidade humana.

Terminologia

A terminologia em direitos humanos pode variar, mas os conceitos fundamentais permanecem consistentes. “Direitos humanos” refere-se aos direitos inalienáveis de todos os indivíduos. Termos como “liberdades fundamentais” destacam a liberdade essencial do indivíduo frente ao Estado. “Direitos civis” focam nos direitos legais e políticos, enquanto “direitos econômicos, sociais e culturais” abrangem aspectos como educação, saúde e cultura.

Estrutura Normativa

A estrutura normativa dos direitos humanos é formada por um conjunto de tratados internacionais, declarações, leis e jurisprudências que definem e regulam esses direitos. Esses documentos incluem a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e convenções sobre temas específicos como tortura e discriminação racial. Estes instrumentos formam uma estrutura legal global que orienta os países na implementação dos direitos humanos.

Fundamento

O fundamento dos direitos humanos está na dignidade inerente a cada ser humano. Esta noção é o alicerce ético e filosófico que justifica a existência e a universalidade dos direitos humanos, indicando que todos têm direitos pelo simples fato de serem humanos. Historicamente, esse conceito foi influenciado por várias tradições jurídicas e filosóficas, incluindo o iluminismo europeu e movimentos sociais ao longo dos séculos.

Classificação

Os direitos humanos são comumente classificados em três ‘gerações’:

- **Primeira Geração:** Direitos civis e políticos, como liberdade de expressão e direito a um julgamento justo.
- **Segunda Geração:** Direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à educação e à saúde.

- **Terceira Geração:** Direitos de solidariedade ou direitos coletivos, como o direito a um meio ambiente saudável e o direito ao desenvolvimento.

Especificidades

Cada categoria de direitos tem suas especificidades. Os direitos civis e políticos exigem principalmente a abstenção do Estado (não interferência), enquanto os direitos econômicos, sociais e culturais frequentemente requerem ação positiva do Estado (provisão). Os direitos de terceira geração, sendo coletivos, focam na cooperação internacional e na responsabilidade compartilhada. A especificidade também se manifesta na forma como os direitos são implementados e garantidos, variando conforme o contexto cultural, social e político de cada país.

A Teoria Geral dos Direitos Humanos oferece um entendimento abrangente e profundo sobre os direitos inalienáveis de todos os seres humanos. Ela engloba desde o conceito fundamental, que enfatiza a dignidade humana universal, até as complexidades da estrutura normativa global e as especificidades de diferentes categorias de direitos. Ao compreender estas facetas - o conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentos, classificação e especificidades - obtemos uma visão holística que destaca a importância dos direitos humanos na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa. É uma área de estudo essencial, refletindo os valores e desafios do mundo contemporâneo.

O SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A ONU E O SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS

► Documentos fundacionais e evolução normativa

O ponto de partida do sistema global é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada em 1948 pela Assembleia Geral da ONU. Embora não seja juridicamente vinculante, a DUDH consolidou princípios fundamentais, servindo de base para tratados posteriores com força obrigatória, como:

- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP)
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)

Ambos os pactos, de 1966, compõem, junto com a DUDH, a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos. Esses tratados inauguram a era da normatização internacional vinculante dos direitos humanos, exigindo dos Estados a implementação de políticas, legislação e medidas que assegurem os direitos reconhecidos.

▶ **Órgãos principais do sistema global**

A ONU atua por meio de diferentes órgãos e mecanismos para monitorar e promover os direitos humanos, com destaque para:

- **Conselho de Direitos Humanos:** Órgão intergovernamental da ONU com sede em Genebra, responsável por discutir violações e propor recomendações. Supervisiona o Exame Periódico Universal (EPU), no qual todos os Estados-membros são avaliados.
- **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH):** Atua na coordenação de políticas de direitos humanos, assessorando Estados e monitorando violações.
- **Comitês de Tratados:** Cada tratado internacional possui um comitê que monitora o seu cumprimento, como o Comitê de Direitos Humanos (PIDCP), Comitê contra a Tortura, Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher, entre outros.

SISTEMAS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

▶ **Diversidade e complementariedade dos sistemas**

O sistema internacional de direitos humanos é complementado por sistemas regionais, que oferecem maior proximidade cultural e geográfica, além de soluções mais eficazes em alguns contextos. Os principais são:

- ▶ **Sistema Interamericano (OEA)**
 - **Carta da OEA (1948):** Reafirma a dignidade humana como fundamento da ordem continental.
 - **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948):** Precede a DUDH e foi o primeiro documento regional do tipo.
 - **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH ou Pacto de San José da Costa Rica – 1969):** Principal tratado do sistema, que consagra direitos civis, políticos e, em protocolos adicionais, direitos sociais e econômicos.

▶ **Órgãos**

- **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH):** Recebe petições individuais, realiza visitas in loco, e recomenda medidas aos Estados.
- **Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH):** Sediada na Costa Rica, emite sentenças vinculantes e interpreta a CADH.

▶ **Sistema Europeu (Conselho da Europa)**

- **Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH – 1950):** Documento robusto que institui um tribunal próprio.
- **Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH):** Com sede em Estrasburgo, julga casos individuais contra Estados, sendo um dos mecanismos mais eficazes do mundo.

▶ **Sistema Africano (União Africana)**

- **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta de Banjul – 1981):** Inova ao reconhecer também os direitos dos povos (coletivos), como autodeterminação e soberania sobre recursos naturais.
- **Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos:** São os principais órgãos de monitoramento e julgamento no continente.

MECANISMOS DE MONITORAMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO

Como os sistemas atuam diante de violações

Os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos operam por meio de mecanismos convencionais (previstos nos tratados) e extraconvencionais (criados por resoluções ou órgãos da ONU). Os principais instrumentos incluem:

- **Relatórios periódicos:** Os Estados signatários devem apresentar relatórios sobre a implementação dos direitos.
- **Relatores especiais e grupos de trabalho:** Monitoração temática ou por país, com poder de investigação e recomendação.
- **Denúncias individuais:** Cidadãos podem denunciar violações, desde que esgotem as instâncias nacionais e que o Estado tenha aceitado a competência do órgão internacional.
- **Medidas cautelares e provisórias:** Utilizadas em casos de grave risco, com o objetivo de evitar danos irreparáveis às vítimas.
- **Sentenças internacionais:** Emitidas por cortes regionais (como a Corte IDH), têm força vinculante e exigem cumprimento por parte dos Estados condenados.

DESAFIOS E LIMITAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL

▶ **Soberania versus universalidade**

Um dos principais obstáculos ao funcionamento eficaz do sistema internacional é o conflito entre a soberania estatal e a universalidade dos direitos humanos. Muitos Estados resistem à supervisão internacional, alegando interferência indevida em assuntos internos. Essa tensão compromete a execução de decisões e a adesão a tratados.

▶ **Falta de mecanismos coercitivos**

A maior parte dos órgãos internacionais não possui poder coercitivo, ou seja, não pode obrigar um Estado a cumprir suas determinações por meio de sanções diretas. A eficácia do sistema depende, muitas vezes, da pressão política, da opinião pública internacional e do compromisso voluntário dos países.

▶ **Subnotificação e acesso desigual**

A assimetria de acesso aos mecanismos de denúncia e proteção, especialmente em países com infraestrutura precária ou repressão estatal, dificulta a atuação dos órgãos internacionais. Além disso, a subnotificação de violações e o desconhecimento por parte das vítimas comprometem o alcance do sistema.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!